



ATA N.º 01/2012 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE EXTENSÃO CED

Ata da Sessão Ordinária da Câmara de Extensão, realizada no dia 22 de novembro de 2012, às 16h, na sala de reuniões do Centro de Ciências da Educação.

1 Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e doze, às dezesseis horas, reuniram-se na sala
2 de reuniões do bloco B do Centro de Ciências da Educação, os seguintes membros da Câmara de
3 Extensão do Centro: Clarissa Laus Pereira Oliveira., MEN; Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos, CA;
4 Márcia Regina Goulart da Silva Stemmer, NDI; William Barbosa Viana, CIN, e Justina Sponchiado,
5 secretária executiva das Câmaras e representante dos Técnico-Administrativos em Educação.
6 Justificou a ausência a professora Maria Sylvia Cardoso Carneiro, EED. A reunião iniciou sob a
7 coordenação de Justina Sponchiado, e com a posterior chegada da professora Márcia Stemmer, seguiu
8 sob coordenação desta, que além de presidente da Câmara é representante do Centro na Câmara de
9 Extensão UFSC. Em PAUTA, os seguintes assuntos: **1) Informes da Câmara de Extensão UFSC:** A
10 professora Márcia deu notícias sobre as questões em pauta na Câmara de Extensão/UFSC. **2)**
11 **Registros, aprovação e acompanhamento dos projetos de Extensão nos setores (projetos**
12 **aprovados recentemente; registro e a tramitação dos projetos; aprovação; orientações e**
13 **indicações para este processo).** Tais trâmites institucionais foram focalizados e cada
14 coordenador/coordenadora referiu-se ao *modus operandi* de seu Departamento/Unidade, e como são
15 aprovados os projetos que envolvem financiamento, e mais do que um departamento e/ou Centro,
16 razão pela qual precisam da aprovação também no âmbito do Centro. Verificou-se que *não há uma*
17 *sistemática comum quanto aos trâmites:* O NDI e o Colégio de Aplicação – que contam com um/a
18 Coordenador/a com carga horária diferente das duas horas semanais que são atribuídas aos
19 coordenadores dos departamentos –, e o Departamento de Ciências da Informação, seguem a
20 normativa: realizam efetivo acompanhamento, com parecer apreciado pelo colegiado para a
21 aprovação e atribuição de carga horária, e também para aprovação de relatório das atividades
22 realizadas. Nos demais Departamentos, este processo é realizado ‘burocraticamente’ até, pelo menos, o
23 momento da realização desta reunião da Câmara: em algum momento passou-se a dispensar os
24 trâmites acima nomeados, e o registro e aprovação são feitos somente pela via digital (plataforma
25 Notes), operacionalizados, respectivamente, pelo/a professor/a extensionista e pela chefe de
26 expediente. Foram referidas a forma e o prazo para registro, e houve unanimidade, dentre as/os
27 presentes, sobre ser curto *o prazo para o registro* (até 30 dias após a realização da atividade),
28 contribuindo para que, em contexto de intensas demandas acadêmicas, muitas das atividades realizadas
29 acabem por não ser registradas. Fez-se a sugestão de buscar saber, para compartilhar, sobre o modo
30 que a professora do EED, Eneida Otto Shiroma, encontrou para resolver razoavelmente esta
31 dificuldade: de acordo com correspondência eletrônica enviada por Maria Sylvia, Shiroma registraria
32 no início do ano as atividades que se repetem – como a participação em bancas, elaboração de
33 pareceres sobre artigos, realização de palestras – ; tendo guardado todos os comprovantes, no final do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Campus Universitário Trindade
Florianópolis, SC.

34 ano ela relaciona cada atividade: uma burocracia que se reverte em horas trabalhadas e consideradas
35 como tal. Foi esclarecido que, *de acordo com a normatização de extensão da UFSC, cada extensão*
36 *feita precisa ser informada, aprovada, descontada; e que este dado implica na contratação de*
37 *professores para o departamento, influencia no orçamento dos Departamentos e no número de bolsas*
38 *de extensão atribuídas/recebidas* – os Centros que tinham mais extensões registradas receberam mais
39 bolsas. Sugeriu-se, então, marcar hora com o Pró-Reitor de Extensão, prof. Edson Rosa, para saber
40 sobre ampliação do prazo de registro (30 dias), e como se daria, e também buscar saber como é feito
41 nos outros Centros, e seus percentuais de desconto no caso das extensões remuneradas. Outro aspecto
42 dos trâmites – *a aprovação no âmbito do Centro* – também foi colocada em questão pela responsável
43 pela aprovação, Justina Sponchiado: Quais projetos precisam ser apreciados pela Câmara de Extensão
44 do Centro, pela Direção e até mesmo o Conselho de Unidade, e quais devem apenas ser aprovados
45 (considerando sobretudo os prazos que muitos têm que atender, e os trâmites com a aprovação prévia
46 da(s) unidade(s) à(s) qual(quais) estão vinculados; isso visando nem impedir a obtenção de recursos, e
47 nem tampouco deixar que as coisas ocorram sem definições político-pedagógicas?). Alguns projetos
48 com financiamento foram trazidos para conhecimento e apreciação tal como chegam para aprovação,
49 via Notes no âmbito do Centro, cuja responsabilidade lhe foi atribuída, e um resumo dos mesmos
50 circulou entre os presentes. A maioria era sem remuneração ou com baixo financiamento, tendo como
51 exceção o projeto Cooperação Internacional CAPES-FCT (PT) “Educação Química na perspectiva da
52 química verde e da sustentabilidade ambiental”, coordenado pelo professor Carlos Alberto Marques
53 (MEN) – com orçamento total de 139.000,00 – e o “Programa de Formação Continuada para
54 Educação Digital”, realizado via LANTEC e coordenado pela professor. Roseli Zen Cerny (EED) –
55 com orçamento total de 3.819.869,00. Sobre este tema, prevaleceu o entendimento de que, até que se
56 faça uma discussão mais apurada, *deve ser priorizada a aprovação em detrimento da burocratização*
57 *impeditiva; e que, no entanto, o assunto precisa voltar à pauta nas próximas reuniões, e no processo*
58 *de definição das Políticas para o Centro de Ciências da Educação*. Sobre os valores a serem
59 descontados para as subunidades, tem-se: EED: 5% (havia dúvida a respeito) NDI: 5%; CA não tem
60 definição; MEN (havia dúvida a respeito do percentual). O entendimento é de não coibir, e definir o
61 percentual. Foi lembrado que o professor paga à FAPEU mais 10% de taxa de administração. Questão
62 levantada: E em se tratando dos percentuais do Departamento, do Centro, da UFSC, quando não é via
63 FAPEU, como fazer para descontar, e onde? Quando administrado pela UFSC, é a UFSC que recolhe?
64 Definiu-se por ir até a PROEXT para saber a respeito. Esclareceu-se que as bolsas não são taxáveis e
65 indicou-se que, com reação ao registro, tramitação e desconto, que cada Departamento coloque na sua
66 página os procedimentos a serem seguidos.

67 3) Representação de outros setores com assento regimental e sem nomes no momento:
68 regimentalmente, a câmara conta, em sua composição, com representação e suplência de um/a discente
69 e um/a técnico/a. A indicação é que seja vista a forma de encaminhar tais representações.

70 4) Outros. Registrou-se que a Câmara esta(va) desarticulada, e reafirmou-se, unanimemente, a
71 importância de se retomar suas atividades. Encerrada a reunião, eu, Justina Sponchiado, Secretária
72 Executiva das Câmaras CED, redigi a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pela
73 Presidência e pelos demais membros presentes. Florianópolis, 22 de dezembro de 2012.